

Espinosa. *Ética*. Tradução do latim, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio (Lisboa: Relógio d'Água – Colecção *Filosofia*, 2020), 401 pp. ISBN: 9789896419561

Por ocasião do 343.º aniversário da morte de Espinosa

I

Graças à célebre entrada dedicada ao filósofo no imensamente influente *Dicionário histórico-crítico* de Pierre Bayle – publicado primeiro em 1696 e depois repetidamente revisto e ampliado em edições sucessivas –, algumas das ideias centrais de Espinosa eram já conhecidas nos alvares do século XVIII em Portugal, ainda que apenas por certos intelectuais mais atentos às novidades vindas do estrangeiro, como era o caso de Francisco Xavier Meneses, o 4.º conde de Ericeira¹. Também outros dos nossos maiores vultos de Setecentos, como Verney, Manuel do Cenáculo ou Ribeiro dos Santos, estavam pelo menos a par das teses mais badaladas de Espinosa; nenhum, porém, terá efetivamente lido o autor neerlandês, cujas obras, inscritas no *Index* logo em 1679, foram ainda proibidas entre nós pelo edital de 20 de Setembro de 1770 da Real Mesa Censória, que determinava que quem acaso possuísse exemplares do *Tratado teológico-político* e das *Obras póstumas* os deveria entregar à referida Mesa para que fossem diligentemente destruídos².

Apesar das suas raízes portuguesas³, o filósofo pouco foi lido no país do seu pai, só no século passado encontrando quem o valorizasse condignamente. Joaquim de Carvalho (1892-1958) é, de facto, o primeiro, entre nós, a engajar-se em profundi-

¹ Vd. L. M. Abreu, “Espinismo e inquisição em Portugal”, in: *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1.º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição, realizado em Lisboa, de 17 a 20 de Fevereiro de 1987*, coord. M. H. C. Santos (Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII e Universitária Editora, 1989), vol. 2, 927-936.

² Vd. L. M. Abreu, “A recepção de Spinoza em Portugal”, in: *Sob o olhar de Spinoza. Actas do Seminário luso-Hispânico sobre Spinoza realizado nos dias 13 e 14 de Novembro de 1998, na Universidade de Aveiro, Portugal*, coord. L. M. Abreu (Aveiro: Universidade de Aveiro, 1999), 67-87. Ainda sobre a recepção de Espinosa no pensamento e cultura portuguesas, vd. J. de Carvalho, “Spinoza perante a consciência portuguesa contemporânea”, in: J. de Carvalho, *Obra completa. Vol. VIII: Ensaios e fragmentos filosóficos e bibliográficos* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996), 3-4; e J. Pinharanda Gomes, “Espinosa e a consciência portuguesa: no tricentenário da morte de Bento de Espinosa, filho de português”, *Resistência* 151/2 (1977), 99-110.

³ Vd. J. de Carvalho, “Sobre o lugar de origem dos antepassados de Baruch de Espinosa”, in: J. de Carvalho, *Obra completa. Vol. I, Parte 1: Filosofia e História da Filosofia (1916-1934)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981), 31-108; e A. Borges Coelho, “Os antepassados de Bento d’Espinosa”, in: A. Borges Coelho, *Inquisição de Évora (1533-1668)* (Lisboa: Caminho, 2002), 511-522.

dade com a figura e a obra de Espinosa. O estudioso figueirense não tinha apenas um interesse académico pelo filósofo judeu: este constituiu-se para ele em autêntico referencial ético, sendo claro, a quem coteje os dois personagens e respetivas circunstâncias históricas – ambos assistiram ao ocaso da liberdade nos seus países –, “o acordo de intenções” entre um e outro “no campo político-religioso”⁴. Percebe-se, pois, que J. de Carvalho se tenha abalanchado a traduzir a *Ética*, projeto em que se encontrava a trabalhar (nas horas vagas) já em 1928, como sabemos por uma carta sua a Alfredo Pimenta⁵ (relembre-se que a edição crítica de C. Gebhardt fora publicada poucos anos antes, em 1925). Contudo, só em 1950 (!) é que a Parte I (*De Deus*) veria a luz do dia. Integrada na *Biblioteca filosófica* da editora coimbrã Atlântida – uma coleção dirigida por J. de Carvalho – e dedicada aos amigos que permaneceram com ele moralmente solidários aquando da perseguição de que foi alvo pelo regime entre 1934-5⁶, a tradução – significativamente, uma das poucas levadas pessoalmente a cabo pelo autor⁷, que normalmente optava por confiar a outros esse encargo e prefaciá-lo, depois, as obras – é precedida de uma extensa introdução ainda hoje valiosa, não obstante todos os progressos feitos no âmbito dos estudos espinosanos desde, sobretudo, os anos 60. A introdução de J. de Carvalho, assim como as notas que acompanham a tradução, revelam um intérprete perspicaz e atualizado acerca do que de melhor se fazia lá fora.

A publicação, em 1950, da tradução da Parte I da *Ética* é um marco incontornável na história da receção de Espinosa em Portugal: pela primeira vez, foi possível ler na língua em que o filósofo quicá pensou o seu sistema⁸ alguma coisa saída da

⁴ Vd. F. V. Jordão, “Joaquim de Carvalho e Espinosa. O acordo de intenções no campo político-religioso”, *Revista Filosófica de Coimbra* 2 (1992), 309-319.

⁵ Vd. “Carta XII (13/04/1928)”, in: P. A. Carvalho, *Cartas de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta (1922-36)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016), 95-96.

⁶ Vd., para estes anos, as pp. 377-402 de P. A. Carvalho, *Uma autobiografia da razão. A matriz filosófica da historiografia da cultura de Joaquim de Carvalho* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015). Valerá talvez a pena mencionar aqui, em jeito de curiosidade falante, que o último livro impresso pela Imprensa da Universidade antes da sua extinção pelo regime em 1934 – medida com que, como é sabido, se quis sobretudo atingir o seu administrador – foi a *Vida de Bento de Espinosa*, de Johannes Colerus, na tradução de J. Lúcio de Azevedo e com prefácio de J. de Carvalho.

⁷ Para além da Parte I da *Ética*, J. de Carvalho traduziu ainda um ensaio de M. García Morente, “A crença no progresso”, publicado em 1936 pela Seara Nova na série Cadernos, em Lisboa. O catedrático de Coimbra terá traduzido também o *Discurso do Método* (vd. Carvalho, *Uma autobiografia...*, 387), mas, que se saiba, não sobrevivem cópias do manuscrito.

⁸ Esta a tese atrevida, mas não implausível, que J. de Carvalho expõe na nota complementar VI que acompanha a sua tradução. A prova principal que aí aduz nesse sentido está hoje, porém, fragilizada: vd. n. 10 em I. Kajanto, “Spinoza’s latinity”, in: *Spinoza to the letter. Studies in words, texts and books*, ed. F. Akkerman e P. Steenbakkers (Leiden e Boston: Brill, 2005), 35-54.

sua pena. J. de Carvalho parece ter acalentado o desejo de continuar a traduzir o *opus magnum* de Espinosa, pois que na contracapa da edição da Parte I se anuncia como havendo de ir «para o prelo» o Livro II, igualmente dotado de introdução própria e notas. Infelizmente, tal não veio a suceder: Joaquim de Carvalho morreu em 1958 e, tanto quanto sabemos, não se achou, no seu espólio, nenhum rascunho dessa prometida tradução.

Com a morte de J. de Carvalho, ficou responsável pela *Biblioteca filosófica* Sílvio Lima (1904-1993), o qual envidou esforços no sentido de levar a termo a planeada tradução da *Ética*, porventura em jeito de homenagem ao defunto mestre. A Parte I foi republicada em 1960⁹; a esta seguir-se-iam, em 1962, as Partes II e III, traduzidas por Joaquim Ferreira Gomes (1928-2002), e, em 1965, as Partes IV e V, à responsabilidade de António Simões (n. 1941).

Nas suas longas e férteis carreiras académicas, tanto J. Ferreira Gomes quanto A. Simões não mais regressariam ao autor da *Ética*. Ambos, na verdade, se afastaram da filosofia, dedicando-se ao campo – então a caminho da autonomia epistemológica – das ciências da educação, o primeiro destacando-se no domínio da história da educação¹⁰, e o segundo, no da chamada educação permanente¹¹. O tempo apertado de que dispusemos para redigir a presente recensão não no-lo permitiu confirmar junto de A. Simões, mas suspeitamos que J. Ferreira Gomes terá sido convidado por Sílvio Lima a traduzir as Partes II-V da *Ética* e que ele próprio, ocupado com a sua tese de doutoramento (apresentada em 1965), terá depois confiado as duas partes finais a A. Simões.

Sílvio Lima conhecia bem J. Ferreira Gomes, seu assistente na cadeira de História da Educação, cuja regência S. Lima assumira em 1958, na sequência da morte de J. de Carvalho. No mesmo ano em que foram publicadas as Partes II e III da *Ética*, o tradutor destas é promovido de assistente a regente da referida cadeira¹². Em 1964/65 é seu aluno A. Simões, caloiro do curso de Ciências Pedagógicas; os dois, porém, já se conheciam do Seminário de Coimbra, instituição onde J. Ferreira Gomes também lecionava e onde já se cruzara, na qualidade de professor, com

⁹ Ao contrário do que sugere a capa do livro, não estamos perante uma segunda edição, mas uma nova tiragem da edição antiga. Há, porém, variações mínimas na formatação do texto da introdução, o que faz com que, ocasionalmente, certas linhas não se encontrem exactamente na mesma página nos exemplares das duas tiragens.

¹⁰ Vd. C. Meireles-Coelho, “Para uma leitura da obra do Prof. Joaquim Ferreira Gomes”, in: *Ensaio em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes* (Coimbra: Núcleo de Análise e Intervenção Educacional da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 1998), 25-58.

¹¹ Vd. L. Lima, “António Simões, um académico pioneiro da educação permanente e de adultos em Portugal”, in: L. Alcoforado *et al.*, *Educação e formação de adultos: políticas, práticas e investigação* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011), 21-28.

¹² Os dados apresentados no começo deste parágrafo foram colhidos em M. A. Marques, “A cadeira de História da Educação na FLUC (1930-1974)”, *Revista Portuguesa de História* 42 (2011), 367-387.

A. Simões, a frequentar então o Curso Teológico¹³. Terá sido nesse contexto que, adivinhamos, desafiou este último a assumir a tradução das Partes IV e V.

O facto de quatro quintos da *Ética* terem sido confiados a dois não especialistas teve duas consequências particularmente visíveis: (i) ao contrário da Parte I, as Partes II a V nem são precedidas de uma introdução nem são acompanhadas de notas; e (ii) alguns conceitos-chave da *Ética* acham-se mal traduzidos, o caso mais flagrante sendo, porventura, o de *mens*, que J. Ferreira Gomes e A. Simões traduzem por “alma”, quando Espinosa pretere propositadamente o termo *anima* (este comparece apenas no escólio da proposição 57 da Parte III), nisso seguindo o precedente cartesiano¹⁴. A opção dos tradutores é tanto mais incompreensível quando se considera que, na contracapa da edição de 1950, onde, como se disse, se anuncia a Parte II da *Ética* – “Livro II. Da natureza e origem da mente” -, J. de Carvalho, como seria de esperar, traduz corretamente a palavra. As casas editoriais portuguesas parecem, porém, nada ter aprendido com esta experiência, continuando nas décadas seguintes a confiar a quem sem a necessária familiaridade com o pensamento de Espinosa a tradução das obras do filósofo. Esse o caso do poeta surrealista Manuel Castro (1934-1971), autor da tradução do *Tratado político* publicada em 1970 pela Editorial Estampa, em Lisboa, e o de Abílio Queirós (1939-2016), técnico superior do Arquivo da Universidade de Coimbra, responsável pela tradução do *Tratado da reforma do entendimento* que saiu em 1987, em Lisboa, pela mão das Edições 70¹⁵.

II

Com o desaparecimento da editora Atlântida, a tradução portuguesa da *Ética* tornou-se uma raridade, adquirível apenas em alguns alfarrabistas. Pondo fim a esta situação embaraçosa, a Relógio d'Água adquiriu os direitos da obra e, juntando os três volumes originais num só, voltou a dar à estampa a *Ética*, acrescentando-a de um posfácio acalorado de Joaquim Montezuma de Carvalho (1928-2008), filho de J. de Carvalho. A esta edição de 1992 vem agora juntar-se, no catálogo da mesma editora, nova tradução do referido texto, desta feita por Diogo Pires Aurélio (n. 1946). Convém desde já esclarecer que, neste último quartel, apareceram pelo menos outras duas traduções importantes da obra-prima de Espinosa - uma em 2007, de Tomaz

¹³ Vd. A. Simões, *Curriculum vitae* (Coimbra: s.n., 1979).

¹⁴ Vd. C. F. Fowler, “Chapter 5. From soul to mind – Descartes’ vocabulary”, in: C. F. Fowler, *Descartes on the human soul. Philosophy and the demands of Christian doctrine* (Dordrecht, Boston e London: Kluwer, 1999), 161-186.

¹⁵ Note-se, contudo, que esta última obra, sob o título *Tratado sobre a reforma do entendimento*, já havia sido editada em 1971, em Lisboa, pela Livros Horizonte, numa tradução de António Borges Coelho, autor, esse, com obra publicada sobre a filosofia e figura de Espinosa. Significativamente, esta edição possui prefácio e notas originais, ao contrário da das Edições 70.

Tadeu¹⁶, e outra em 2015, produzida pelo Grupo de Estudos Espinosanos, sob a coordenação de Marilena Chaui¹⁷ -, ambas, porém, do outro lado do Atlântico¹⁸, o que, infelizmente, as torna praticamente inacessíveis ao leitor nacional, de onde não as irmos aqui considerar.

Diogo Pires Aurélio [DPA] é um nome querido a quantos, entre nós, se têm por amigos de Espinosa. A ele devemos a tradução do fulgurante *Tratado teológico-político*¹⁹, bem como a única tradução digna de consideração do *Tratado político*²⁰. Com a *novíssima tradução da Ética*, DPA conclui o seu projecto de restituir «do original latino àquela que foi a língua dos seus progenitores» (p. 96) a tríade de obras maiores de Espinosa. Cremos que o autor não se sentirá melindrado se arriscarmos vaticinar que será essencialmente a este tríptico de traduções (e à tradução do *Príncipe*)²¹ que o seu nome ficará, no futuro, associado – não querendo com isto minimizar, de forma alguma, o valor imenso dos seus outros – tantos – livros e artigos²².

A tradução da *Ética* por DPA sobreleva notavelmente aquela até agora disponível entre nós. Dito isto, advirta-se que a tradução produzida em Coimbra *não* é uma má tradução. Aliás, dado o carácter enunciativo das definições e proposições, assim

¹⁶ Spinoza, *Ética*, trad. de T. Tadeu (Belo Horizonte: Autêntica, 2007).

¹⁷ Espinosa, *Ética*, trad. do Grupo de Estudos Espinosanos, sob coord. de M. Chaui (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015).

¹⁸ Para um levantamento das edições de Espinosa no Brasil, vd. A. S. Campos, “A palavra de Spinoza em língua portuguesa”, *Santa Barbara Portuguese Studies* 2 (2018), 1-19. O artigo, que passa criticamente em revista as traduções luso-brasileiras de Espinosa, não tem apenas um valor historiográfico, concluindo com um conjunto de reflexões interessantes (em relação às quais preferimos manter uma certa distância) acerca do próprio ofício de traduzir Espinosa e, em particular, de o traduzir para português. O texto contém, porém, algumas imprecisões: J. de Carvalho morreu em 1958, não em 1957; a coleção *Biblioteca Filosófica* foi inaugurada com o *Fédon*, de Platão, não com a *Ética*; e A. Simões não foi discípulo de J. de Carvalho (à data da morte deste, aquele tinha apenas dezassete anos).

¹⁹ B. de Espinosa, *Tratado teológico-político*, trad. de D. P. Aurélio (Lisboa: INCM, 1988). Em 2004 saiu, também pela Imprensa Nacional, a terceira edição da obra, a tradução tendo sido então integralmente revista pelo autor. Esgotado há muito, o livro foi reeditado no ano passado (2019).

²⁰ B. de Espinosa, *Tratado político*, trad. de D. P. Aurélio (Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2008).

²¹ Maquiavel, *O príncipe*, trad. de D. P. Aurélio (Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2008).

²² De entre aqueles dedicados a Espinosa, seja-nos permitido destacar, numa seleção despudoradamente pessoal, três: “O deus dos atributos”, *Análise* 1 (1984): 49-69; “Natureza e nação segundo Espinosa”, in: *Espinosa: ética e política*, ed. J. Blanco-Echauri (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1999), 279-299; “Spinoza and Wittgenstein: on certainty” (pp. 297-317), in: *Revisiting Spinoza’s Theological-Political Treatise*, ed. A. Bento e J. M. S. Rosa (Hildesheim: Georg Olms, 2013), 297-317.

como a formalidade das demonstrações e corolários, e, ainda, a sobriedade geral da linguagem de Espinosa, em certas frases da *Ética* não se registam diferenças entre a tradução de DPA e a anterior,²³ ou observam-se apenas variações menores (na ordem das palavras, por exemplo). Todavia, a forma como determinados termos do sistema espinosano foram vertidos na tradução republicada em 1992 pela Relógio d'Água comprometia a qualidade desta. Para lá da esdrúxula tradução de *mens* por «alma», não houve cuidado em traduzir de forma regular *potentia* por «potência», distinguindo-a assim de *potestas*, «poder».²⁴ Mais: gerando insanáveis confusões, quer *affectus* quer *affectio* foram vertidos como «afeção»²⁵. Há outras distinções traçadas por Espinosa (ou que os intérpretes aprenderam a valorar) que acabam obscurecidas na tradução coimbrã.²⁶ Para além disso, observa-se uma certa falta de consistência nas soluções de tradução adotadas, falta nem sempre desculpável pelo facto de estarmos perante um projeto coletivo.²⁷

A tradução de DPA evita conscientemente os erros deste género, notando-se um esforço ativo no sentido de, tanto quanto o permita a língua de chegada, verter uniformemente a vasta maioria das palavras latinas, permitindo assim ao leitor

²³ Vd. e.g. o enunciado da proposição 25 da Parte IV ou o da proposição 35 da Parte V.

²⁴ Para a tradução de *potentia* por «poder», vd. e.g. o escólio à proposição 17 da Parte II, onde *imaginandi potentiam* é vertido como «poder de imaginar», ou a proposição 29 da Parte IV, onde *agendi potentiam* é traduzido como «poder de agir».

²⁵ A definição 3 da Parte III torna-se, assim, quase incompreensível: «Por afeções [*affectum*], entendo as afeções [*affectio*] do Corpo, pelas quais...». Acerca do da tradução de *affectus*, vd. a n. 1 da Parte III da *Ética* na tradução de DPA.

²⁶ Assim, por exemplo, no catálogo dos afetos com que se fecha a Parte III, o afeto 16, *gaudium*, é vertido por J. Ferreira Gomes como «contentamento», o mesmo termo que é usado depois para verter o sintagma *acquiescentia in se ipso* (afeto 25), conceito axial do pensamento espinosano. Já na explicação do afeto 3, *titillatio* é traduzido como «deleite», esclarecendo Espinosa que este tipo de alegria se refere sobretudo ao corpo. O leitor sem acesso ao latim não pode senão ficar confundido quando mais tarde, no quadro de um conjunto de demonstrações que dizem «respeito [à] Alma [*sic*], enquanto se considera sem relação à existência do Corpo» (escólio da proposição 40 da Parte V), descobre que «tudo o que compreendemos pelo terceiro género de conhecimento, deleitamo-nos [*delectamur*] com ele» (proposição 32 da Parte V). Seja-nos permitido dar um derradeiro exemplo do problema que aqui assinalamos, particularmente grave, a nosso ver, por estarmos perante um caso em que as duas palavras assimiladas na tradução estão fisicamente muito próximas uma da outra: no escólio da proposição 3 da Parte II, quer *ius* quer *potestas*, que surgem em linhas consecutivas, são traduzidos, ambos, como «poder».

²⁷ Assim, por exemplo, a mesma expressão, *agendi potentia*, é traduzida diferentemente na Parte II («poder de agir», no enunciado da proposição 29), na Parte III («capacidade de ação», no escólio à proposição 26) e na Parte IV («capacidade de agir», no ponto 7 do apêndice à Parte em questão).

rastrear as tensões no uso das mesmas por Espinosa.²⁸ Há igualmente um desejo palpável de permanecer maximamente próximo ao original, o que explica opções como a tradução etimologizante do (omnipresente) *sequor* por «seguir» e *orior* por «originar-se» – contra «resultar» e «nacer», preferidos pelos tradutores de Coimbra – ou o uso da forma pronominal «dar-se» para verter a forma passiva de *dare* quando com sentido existencial²⁹ e do verbo «pôr» para *ponere* enquanto «trazer ao ser»³⁰. É este afã em, quando semanticamente possível,³¹ servir-se dos vocábulos portugueses mais aparentados aos latinos que leva DPA a divergir de J. de Carvalho na tradução daquela que será porventura a proposição mais fundamental da *Ética*: «Tudo o que é [*est*], é em Deus, e sem Deus nada pode ser nem ser concebido» (proposição 15 da Parte I) – J. de Carvalho traduz *est* por «existe». Este programático apego ao latim³² não tolhe, contudo, a sensibilidade de DPA para a língua de chegada: veja-se a serendipitosa tradução de *praeter spem* por «fora do esperado» nos números 16 e 17 do catálogo de afetos que remata a Parte III ou, na mesma sequência de definições, no número 4, a tradução – quase da ordem do milagre, pela sua força, acerto e coloquialidade feliz – de *defixa* como «especada».

Também no que diz respeito à nomenclatura espinosana para os afetos a superioridade da tradução de DPA é manifesta. Cada língua opera um mapeamento único da vida psíquica dos seus falantes, pelo que este é um campo onde é raro ha-

²⁸ Encontramos um bom exemplo da prática que aqui louvamos nas duas últimas proposições da Parte V, onde DPA insiste em verter *libido* por «libido», muito embora a palavra não possua aí o sentido sexual que lhe é dado no catálogo dos afetos que encerra a Parte III (vd. afeto 48), razão por que A. Simões a traduz nessas páginas finais da *Ética* por «paixões». Note-se que, como se diz no corpo de texto, nem sempre foi possível a DPA usar uma e uma só palavra para verter um mesmo termo latino: *studium*, por exemplo, é traduzido, consoante os contextos, como «afã» (na definição 34 do catálogo de afetos da Parte III) ou «zelo» (no ponto 13 do apêndice da Parte IV), e o verbo cognato, como «empenhar-se» (vd. e.g. o prefácio da Parte III). Noutros casos, sendo possível manter a consistência na tradução, esta não foi observada, como no final da demonstração da proposição 70 da Parte IV, em que o mesmo verbo que comparece no enunciado da proposição, *declinare* e aí é vertido como «evitar», surge traduzido por «declinar», ou ainda como no escólio da proposição 39 da Parte V, em que *infans* aparece traduzido quer como «recém-nascido», quer como «menino».

²⁹ Vd. e.g. a proposição 52 da Parte IV.

³⁰ Vd. e.g. a definição 2 da Parte II.

³¹ Assim, por exemplo, DPA não traduz literalmente célebre expressão *sub specie aeternitatis* como «sob uma espécie de eternidade», mas antes – com apurada sensibilidade filosófica e consciência perfeita, informada, do que está em jogo – como «sob a forma da eternidade». Vd. a nota do autor aquando da primeira ocorrência da expressão, no corolário 2 da proposição 44 da Parte II.

³² Em defesa da antiga tradução, diga-se que esta, pontualmente, acaba por ser mais próxima do latim, como acontece no escólio da proposição 41 da Parte V, em que *persuasio* é vertido como «persuasão» (DPA tem «convicção»).

ver equivalências semânticas imediatas entre quaisquer dois universos linguísticos. O tradutor vê a sua tarefa ainda mais complicada pelo facto de Espinosa admitir, na explicação apensa à definição de «indignação» no catálogo já acima mencionado, que os vocábulos latinos de que lança mão para nomear os afetos que lhe interessa explorar, os mobiliza com sentidos algo desviados em relação ao uso comum. Ante a dificuldade da empresa, percebe-se o porquê de os tradutores da versão coimbrã da *Ética* apresentarem entre parêntesis o nome latino de cada um dos afetos definidos no final da Parte III. Muitas das suas opções de tradução aí nos desagradam; DPA oferece, quase sempre, alternativas melhores: «apreço» no lugar de «favor» para *favor*, «sobrestima» por «estima» para *existimatio* ou ainda «anseio» em vez de «desejo frustrado» para *desiderium* — e os exemplos poderiam ser multiplicados.³³ Ainda assim, mesmo DPA não nos convence sempre: a opção por «acabrunhamento» para verter *abjectio* teima em não nos persuadir, bem assim como a escolha de «decência» para *modestia*.

A presente tradução da *Ética* tem ainda sobre a anterior mais duas vantagens não despidiendas: (i) baseando-se embora – como a de Coimbra – na edição crítica canónica de C. Gebhardt, de 1925,³⁴ leva também em consideração a cópia manuscrita da *Ética* descoberta já este século no Vaticano,³⁵ e (ii) o ser obra de uma só pessoa confere-lhe uma unidade vocabular e de estilo de que a anterior inevitavelmente carecia, o que resulta num texto mais capaz de fazer justiça à pulsação e retórica do original.

Acrescente-se, por último, que a tradução é precedida de uma extensa introdução, a roçar as cem páginas, onde se oferece uma proposta de leitura global da *Ética*, com uma atenção corajosa à difícil, até indómita, Parte V. Porque extravasa o propósito desta recensão – que se quer primordialmente a recensão de uma *tradução* –, mas também, confessamo-lo, pelo pouco tempo de que dispusemos para a redação da mesma, abtemo-nos aqui de discutir criticamente as teses e intuições

³³ Veja-se como aqui a fidelidade de DPA ao latim passa precisamente por se afastar do que seria a solução etimologicamente mais próxima em português.

³⁴ Na introdução, DPA explica que não incorpora na sua tradução as variantes em holandês que Gebhardt, com base no cotejo entre as *Opera posthuma* e os *Nagelate Schriften*, acolheu na sua edição crítica da *Ética* (p. 92). Pessoalmente, houve pelo menos uma instância em que sentimos falta de no mínimo uma nota a dar conta da existência da lição dos *Nagelate Schriften*: na explicação apensa à definição de «desejo» que abre as definições dos afetos no fim da Parte III, aí onde se lê: «quer seja inata, quer se conceba apenas pelo atributo do pensamento, quer apenas pelo da extensão». Estamos convencidos da justeza do acréscimo dos editores das obras póstumas na sua tradução neerlandesa: estes acrescentaram, a seguir a «quer seja inata», «of van buiten aangekonden», que Gebhardt verte como «sive adventicia».

³⁵ L. Spruit e P. Totaro (eds.), *The Vatican manuscript of Spinoza's Ethics* (Leiden: Brill, 2011).

desenvolvidas por DPA no texto em questo³⁶. Não haja dúvidas, porém (e seja-nos desculpada a inusitada imagem espeleológica): estamos perante uma imponente estalagmite intelectual, produto da destilação da reflexão de uma vida em torno de Espinosa, estalagmite alta – e aguçada.

João Diogo R. P. G. Loureiro

Unidade I&D Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

loureiro.joaodiogo@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_57_15

³⁶ Abstemo-nos também de elencar aqui as (raras) gralhas que encontrámos, chamando apenas a atenção para uma mais aborrecida, porque não tão fácil de detetar: na p. 51, aí onde se remete para o escólio da proposição 48 da Parte IV, deveria remeter-se o leitor para o escólio da proposição 68 da mesma Parte.